



Ministério da Educação  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Diretoria de Avaliação  
22.scol@capes.gov.br

## **RELATÓRIO DA 142ª REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO – ES**

**Dias 10 a 14 de dezembro de 2012**  
**Local: CAPES – Brasília – DF**

A área de Saúde Coletiva esteve representada no Conselho Técnico-Científico da Educação Superior pela Coordenadora Prof<sup>a</sup> Rita de Cassia Barradas Barata. A sessão foi presidida pelo prof. Livio Amaral, Diretor de Avaliação da CAPES e contou com a participação do Presidente da CAPES, prof. Jorge Guimarães.

Abaixo, os assuntos abordados na reunião:

### **1. Apcn 2012**

Foram analisadas 112 propostas entre primeira análise, diligências e pedidos de reconsideração. Destas, 47 foram recomendadas, 64 não recomendadas e 1 diligência à área. Foram concluídas as análises de 87% das propostas acadêmicas e 83% das propostas profissionais.

### **2. PL 399**

O projeto de lei do Senador Requião está em exame na Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional. Após o parecer do relator, Senador Cristovão Buarque, a matéria deveria ser votada, porém a Senadora Ana Amélia pediu vistas ao processo e solicitou a realização de audiência pública para que outras partes ainda não ouvidas pudessem vir a se manifestar. Essa proposição deverá ser votada na próxima semana e a audiência deverá ocorrer no início do próximo ano.

Os principais argumentos para a proposição da revalidação automática são a dificuldade de acesso dos alunos aos cursos no Brasil, a necessidade de ampliação de horizontes possibilitada pelos estudos no exterior, a necessidade de formação em áreas nas quais não há competência no país, integração entre países do Mercosul. O parecer do relator torna o projeto ainda mais impositivo ao propor a substituição no texto original da expressão poderão ser automaticamente revalidados por terão que ser automaticamente validados. Aduz ainda a validade do procedimento para as situações de solicitação anteriores propondo efeito retroativo.

Diante da gravidade dos fatos foi solicitada através da intermediação do Prof. Tourinho e do Prof. João Alfredo, audiência com o senador Eduardo Suplicy, à qual



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

22.scol@capes.gov.br

compareceram 15 coordenadores de área, além do diretor de avaliação. O senador mostrou-se inicialmente reticente, mas concordou em defender a aprovação da realização da audiência pública e se mostrou sensibilizado pelos argumentos apresentados.

O CTC discutindo a matéria e suas implicações considerou de crucial importância a instauração do sistema de cadastro único além do estabelecimento de prazos para a emissão de pareceres pelas universidades evitando assim, a aprovação de uma lei tão danosa aos interesses do SNPG.

Os principais contra argumentos são a inexistência de dificuldade de acesso aos cursos de pós-graduação, o número relativamente reduzido da demanda por revalidação decorrente do programa Ciência sem Fronteira uma vez que apenas os bolsistas de doutorado pleno seriam passíveis de solicitar revalidação, a necessidade de construir a integração no Mercosul em processo semelhante aquele ocorrido na Comunidade Europeia com ampla participação das IES e não por imposição do Legislativo, a ausência de reciprocidade para os diplomas brasileiros nos outros países. Finalmente, o dano permanente que tal medida significaria para todo o sistema brasileiro de pós-graduação visto que seria insustentável manter o atual sistema de avaliação face à decisão de revalidação automática.

Finalmente cabe enunciar o caráter problemático da sugestão do senador Cristóvão Buarque de que a cada ano o MEC elabore uma lista de cursos reconhecidos o que pode ser muito mal interpretado pelos países que tenham o seus cursos avaliados. Como a maioria dos países não possuem sistemas de avaliação dos cursos de pós-graduação assemelhados ao da CAPES, a elaboração de tal lista coloca inúmeras dificuldades.

### **3. Plataforma Sucupira e outras iniciativas da Diretoria de Tecnologia da Informação**

O professor Marimbondo da UFRN apresentou os delineamentos e o cronograma de trabalho da elaboração da Plataforma Sucupira. A previsão é de ter um programa de teste para o início do próximo ano e uma plataforma para ser colocada em uso em novembro de 2013. Assim, a expectativa é de que a partir de 2014 os dados referentes ao desenvolvimento dos programas em 2013 já sejam informados na nova plataforma. A ideia é unificar todos os sistemas da DAV: APCN, SPNG, Coleta,



Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

22.scol@capes.gov.br

cadastro Discente, aplicativo para Minter e Dinter. Prevalece a proposta de ter alimentação em fluxo contínuo, on-line e um momento de chancela pela instituição.

Há possibilidade de que sejam encaminhadas sugestões de módulos a serem incorporados na plataforma. Discutiu-se brevemente a necessidade de desenvolver proposta para a produção técnica e para registro de dados de egressos.

O Prof. Lívio lembrou que a plataforma poderá conter dados além daqueles de uso imediato na avaliação, servindo também de ferramenta para a formulação de políticas pelas áreas e pela agência.

O diretor da DTI (Diretoria de Tecnologia da Informação) apresentou os delineamentos de dois programas: Acervo de Dados Digitais e Gestão da Informação. O acervo de dados digitais deverá recuperar a série histórica de dados disponíveis na agência relativos à concessão de bolsas permitindo sua disponibilidade para garantir transparência. O programa de Gestão da Informação permitirá análises estatísticas e georeferenciadas dos dados referentes aos PPG e às bolsas, com funcionalidades que irão muito além daquelas hoje disponíveis no Geocapes.

#### **4. Presidente Jorge Guimarães**

Externou a preocupação com a sobrevivência do Portal de Periódicos exemplificando com as recentes solicitações pelos órgãos de controle, dos contratos de assinaturas para análise.

Reiterou a criação das bolsas para coordenadores de programas de pós-graduação que deverão ser implementadas a partir do próximo ano.

Ressaltou a importância dos mestrados profissionais e a necessidade do CTC ter postura mais aberta e favorável a essa modalidade de formação.

Brasília, 14 de dezembro de 2012

**Profª Rita de Cassia Barradas Barata**  
Coordenadora da Área de Saúde Coletiva